



--

<b>NOME DO CANDIDATO</b>	<b>Nº DE INSCRIÇÃO</b>	<b>ESCOLA</b>	<b>SALA</b>	<b>ORDEM</b>
--------------------------	------------------------	---------------	-------------	--------------

## LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

### INSTRUÇÕES GERAIS

- O candidato receberá do fiscal:  
Um Caderno de Questões contendo **50 (cinquenta) questões** objetivas de múltipla escolha.  
Uma Folha de Respostas personalizada para a Prova Objetiva.
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no Caderno de Questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas e se não há falhas, manchas ou borrões. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- A totalidade da Prova terá a duração de **4h (quatro horas)**, incluindo o tempo para preenchimento da Folha de Respostas da Prova Objetiva.
- Iniciada a Prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorridas **2h (duas horas)** de prova, devendo, ao sair, entregar ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o Caderno de Questões e a Folha de Respostas da Prova Objetiva. A Folha de Respostas da Prova Objetiva será o único documento válido para correção.  
– O candidato somente poderá levar o Caderno de Questões da Prova Objetiva quando faltarem **60 (sessenta) minutos** para o término do horário estabelecido para o fim da prova.
- Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos.
- Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e, depois da utilização deste, ser submetido a revista com detector de metais. Na situação descrita, se for detectado que o candidato está portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, será eliminado automaticamente do concurso.
- O candidato, ao terminar a prova, deverá retirar-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não podendo permanecer nas dependências deste, bem como não poderá utilizar os sanitários.

### INSTRUÇÕES – PROVA OBJETIVA

- Verifique se seus dados estão corretos na Folha de Respostas.
- A Folha de Respostas **NÃO** pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- Use caneta transparente de tinta preta.
- Assinale a alternativa que julgar correta para cada questão na Folha de Respostas.
- Para cada questão, existe apenas **1 (uma)** resposta certa – não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emendas ou rasuras.
- O modo correto de assinalar a alternativa é cobrindo, completamente, o espaço a ela correspondente, conforme modelo abaixo:  

■
- Todas as questões deverão ser respondidas.

**OS TEXTOS E AS QUESTÕES FORAM REDIGIDOS CONFORME O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, MAS ESTE NÃO SERÁ COBRADO NO CONTEÚDO.**



11/2014

-----  
Espaço reservado para anotação das respostas - O candidato poderá destacar e levar para conferência.



<b>NOME DO CANDIDATO</b>	<b>Nº DE INSCRIÇÃO</b>
--------------------------	------------------------

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50

O gabarito da Prova Objetiva estará disponível no site da **Cetro Concursos (www.cetroconcursos.org.br)** a partir do dia **03 de novembro de 2014**.



## LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto adaptado abaixo, de Rosely Sayão, retirado do Jornal Folha de S.Paulo, para responder às questões de 1 a 3.

### Criança cidadã

As crianças são alvo de muitas de nossas contradições. Não consideramos inadequado que elas se manifestem como consumidoras e que façam escolhas dos mais variados tipos; queremos que sejam autônomas com rapidez e isso faz com que se metam em encenanças que não lhes fazem bem e que ainda não têm condições de resolver; insistimos para que sejam precoces na aquisição de conhecimentos especializados e que busquem o processo hoje e sempre.

Ao mesmo tempo, consideramos que alguns temas da vida não lhes dizem respeito. Em período eleitoral, dá para perceber que política é um assunto que poucos adultos consideram pertinentes a elas. Mas as crianças não compartilham dessa opinião: elas estão envolvidas com as eleições e com a política. Entretanto, são poucas as que conseguem ter a boa companhia de seus educadores para que comecem a decifrar a complexidade e a importância do assunto.

Você se lembra, caro leitor, que anos atrás as escolas começaram a declarar a importância da educação para a cidadania? Pois é: a maioria colocou essa expressão em seu projeto pedagógico. E o que vemos agora, em tempo de eleição? São poucas as escolas que têm trabalhado o tema em seu cotidiano com os alunos. Muitas até trabalham, mas de um modo tão fragmentado que não colaboram para que o aluno compreenda sobre as eleições como parte de um processo do regime democrático.

Diversas escolas têm realizado a simulação de eleições para que os alunos entendam os cargos disputados e suas funções, e aprendam a argumentar e a observar os candidatos em seu empenho para convencer os eleitores de que são merecedores de seu voto. Boa parte realiza esse trabalho com alunos dos ciclos mais adiantados. Quantas escolas fazem isso com os alunos da educação infantil e dos primeiros anos do fundamental?

Enquanto isso, as crianças, desde a mais tenra idade, declaram sua preferência por este ou aquele candidato de acordo com o que lhes importa – tom de voz, tipo de roupa, cabelo –, xingam sem pudor outros, afirmam com convicção que todo político rouba, pratica corrupção, mente etc.. Muitas crianças testemunham brigas de adultos por causa de suas diferentes preferências políticas, observam a violência da

argumentação utilizada neste período, entram de gaiato em farsas inventadas contra este ou aquele candidato. Assim, qual criança vai se interessar por política? E nós devemos querer que elas se interessem!

Parece que as famílias têm feito mais por seus filhos do que as escolas por seus alunos nessa questão: ouvem o que os filhos têm a dizer sobre os candidatos e explicam, sempre que conseguem, os equívocos de sua opinião, tentam conter o palavreado que eles usam, ensinam o sentido de tantas pesquisas etc.. Mas os pais têm o direito de tentar levar o filho para junto de sua posição ideológica, não é verdade?

Por isso faz tanta falta o trabalho da escola em política e cidadania: ela poderia incentivar os alunos a ter visão crítica, a se interessar pelo assunto sem ter de aderir a candidatos ou partidos, como faz a família, para que, na maturidade, eles façam suas próprias escolhas. Esse trabalho poderia incentivar as novas gerações a querer dar continuidade ao estado democrático e a ter interesse real por política. Não é?

1. De acordo com o texto, analise as assertivas abaixo.
  - I. As crianças querem se envolver com temas como a política, por exemplo, por incentivo dos pais e dos educadores, uma vez que ambos consideram adequado abordar esse tema para que sejam autônomas mais rapidamente.
  - II. Todas as escolas têm trabalhado o tema política com seus alunos, de todos os níveis de escolaridade, porque muitos pais não acham adequado abordar esse tema em casa, transferindo a responsabilidade para a escola.
  - III. O papel da escola é de suma importância no que concerne à política e à cidadania para que os alunos possam ter uma visão crítica e, na maturidade, possam fazer suas próprias escolhas.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

2. Observe o trecho transcrito do texto e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta um sinônimo da palavra destacada de acordo com o contexto.

“(...) a se interessar pelo assunto sem ter de **aderir** a candidatos ou partidos, como faz a família, (...)”

- (A) Criticar.
- (B) Juntar-se.
- (C) Julgar.
- (D) Recriminar.
- (E) Defender.

3. Observe a oração abaixo e, em seguida, assinale a alternativa em que a conjunção destacada estabeleça o mesmo sentido e tenha a mesma classificação que a conjunção destacada na oração abaixo.

“(...) a se interessar pelo assunto sem ter de aderir a candidatos ou partidos, como faz a família, **para que**, na maturidade, eles façam suas próprias escolhas.”

- (A) **Se** você soubesse o quanto a educação é importante, não abandonaria a escola.
- (B) **Mesmo que** os alunos tenham baixo desempenho, não desistirei.
- (C) **Conforme** conversado com a diretora da escola, haverá reunião de pais e mestres na próxima semana.
- (D) **A fim de que** não haja prejuízo, peço para que todos façam a prova em silêncio.
- (E) **Assim que** a professora chegar, sanarei minhas dúvidas.

4. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à ortografia, assinale a alternativa correta.

- (A) Trabalharemos em esquema de revesamento.
- (B) A lâmpada fluorescente queimou.
- (C) Não tenho a pretensão de assumir esta vaga.
- (D) Derrubou o leite no chão, mas não quis enxugar.
- (E) Ela está obsecada por trabalho.

5. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à acentuação e ao contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) Tenho que trocar o fluído do freio.
- (B) Convidei os colegas de trabalho para tomar um cafézinho.
- (C) Atente-se para todos os itens do Edital.
- (D) Pouco ocorreu neste interím.
- (E) Não conseguimos entender esta barbárie.

6. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à concordância verbal, assinale a alternativa correta.

- (A) Fui eu quem pagou a conta do restaurante.
- (B) Nem o professor nem o aluno entendeu o que foi proposto na questão do vestibular.
- (C) Confiam-se em relatos absurdos.
- (D) Haviam muitos laudos para análise.
- (E) É duas horas e ainda não terminei o trabalho.

7. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à ocorrência de crase, assinale a alternativa correta.

- (A) Estamos à serviço da prefeitura.
- (B) A professora à qual devo meu aprendizado faleceu ontem.
- (C) Não devo satisfações à qualquer pessoa.
- (D) Cheguei à comprar um celular, mas me arrependi.
- (E) Você deve tomar o remédio gota à gota.

8. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à regência verbal, assinale a alternativa correta.

- (A) Aspiro o cargo de Secretária do Diretor Geral.
- (B) Lembre-se que ele não virá para a aula.
- (C) A empresa não paga os funcionários desde janeiro.
- (D) Perdoei ao meu agressor, mas não quero vê-lo.
- (E) O caçador visou ao alvo antes de atirar precisamente.

9. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à colocação pronominal, assinale a alternativa correta.

- (A) Me contaram casos horríveis a respeito daquela moça.
- (B) Ela é a pessoa que orientou-nos.
- (C) Não mostraram-nos as fotos do corpo.
- (D) Jamais cumprimentaram-se depois do ocorrido.
- (E) Mostrar-lhe-ei meus textos.

10. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto aos vícios de linguagem, assinale a alternativa que apresenta um vício de linguagem.

- (A) Para esta receita, precisarei de um dente de alho.
- (B) Gosto de ler Fernando Pessoa.
- (C) O filme foi baseado em fatos reais.
- (D) Já tentei mil vezes, mas meu celular não funciona.
- (E) As luzes brilhantes olhavam-me com desdém.

11. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à ocorrência de crase, assinale a alternativa correta.

- (A) Estarei no lugar combinado daqui à uma hora.
- (B) Sua apresentação é semelhante à dele.
- (C) Comprei meu carro à prazo.
- (D) Gostaria de agradecer à todos pelos votos de felicidade.
- (E) Visitei à Itália no final do ano passado.

12. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à pontuação, assinale a alternativa correta.

- (A) Por meio de ressonância magnética, verificou-se que a atividade cerebral era muito baixa quando as crianças estavam no computador, mas que, em contrapartida, quando elas tentavam reproduzir as letras, três áreas do cérebro eram ativadas.
- (B) Por meio, de ressonância magnética, verificou-se que a atividade cerebral, era muito baixa quando as crianças estavam no computador, mas que em contrapartida quando elas tentavam reproduzir, as letras, três áreas do cérebro eram ativadas.
- (C) Por meio de ressonância magnética, verificou-se que a atividade cerebral, era muito baixa quando as crianças estavam no computador, mas que, em contrapartida, quando elas tentavam reproduzir as letras, três áreas, do cérebro, eram ativadas.
- (D) Por meio de ressonância magnética, verificou-se que: a atividade cerebral era, muito baixa, quando as crianças estavam, no computador, mas que, em contrapartida quando elas tentavam reproduzir as letras, três áreas do cérebro eram ativadas.
- (E) Por meio de ressonância, magnética, verificou-se que a atividade cerebral era muito baixa quando as crianças estavam, no computador, mas que em contrapartida, quando elas tentavam reproduzir as letras: três áreas do cérebro eram ativadas.

13. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à ortografia, assinale a alternativa correta.

- (A) O relatório apresentado pelo funcionário estava muito suscinto.
- (B) Preciso comprar um aparelho umedecedor para colocar no quarto.
- (C) Ele ficou frustado por ter sido recusada a sua participação no projeto.
- (D) O pássaro ficava no puleiro e quase não se mexia.
- (E) Ontem não choveu, mas choviscou.

14. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à ortografia, assinale a alternativa correta.

- (A) Ele ficou receioso de falar com o chefe.
- (B) Um traço marcante dessa artista é a espontaneidade.
- (C) Aproveito o enejo para desejar boa sorte.
- (D) Pintamos o muro que estava pichado.
- (E) Vamos improvisar um lacre para fechar o malote.

### LEGISLAÇÃO

15. Com relação à Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, assinale a alternativa correta.

- (A) Servidor ocupante de cargo efetivo com nível superior da Carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação poderá ser nomeado Reitor desde que possua o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica.
- (B) Os reitores serão nomeados pelo Ministro da Educação para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução.
- (C) O mandato de Reitor não poderá ser extinto antes do decurso do prazo por motivo de aposentadoria compulsória.
- (D) Cada Instituto Federal é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada *campus* e a reitoria, inclusive no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.
- (E) Representantes dos estudantes, dos egressos da instituição e da sociedade civil comporão o Conselho Superior, um dos órgãos superiores da administração dos Institutos Federais.

16. Com base na Lei nº 11.091/2005, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ( ) Nível de classificação é o conjunto de cargos de hierarquias distintas, classificados a partir do requisito de escolaridade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada e experiência.
  - ( ) O desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á, entre outras formas, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento.
  - ( ) O servidor que fizer jus à Progressão por Capacitação Profissional será posicionado no nível de capacitação subsequente, no mesmo nível de classificação.
- (A) F/ F/ F
  - (B) F/ F/ V
  - (C) V/ V/ F
  - (D) V/ V/ V
  - (E) V/ F/ F

<p>17. Sobre as licenças concedidas ao servidor público, de que trata a Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) A licença ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para o exterior ou para exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo será por prazo determinado em lei.</p> <p>(B) O servidor terá direito à licença, com remuneração, durante o período entre sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e o dia do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.</p> <p>(C) A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de 3 (três) meses.</p> <p>(D) A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término de outra da mesma espécie será considerada como uma nova licença.</p> <p>(E) Ao servidor em estágio probatório poderá ser concedida licença para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até 3 (três) anos consecutivos, sem remuneração.</p>	<p>É correto o que está contido em</p> <p>(A) II e III, apenas.</p> <p>(B) I e II, apenas.</p> <p>(C) I, apenas.</p> <p>(D) III, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p>
<p>18. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, contar-se-á apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade:</p> <p>I. o tempo de serviço público prestado aos Estados, Municípios e Distrito Federal.</p> <p>II. o tempo correspondente ao desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou distrital, anterior ao ingresso no serviço público federal.</p> <p>III. o tempo de serviço em atividade privada, vinculada à Previdência Social.</p> <p>É correto o que está contido em</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) I e II, apenas.</p> <p>(C) I, II e III.</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) II, apenas.</p>	<p>20. Com base na Lei nº 8.666/1993, assinale a alternativa <b>incorreta</b>.</p> <p>(A) Para fins da lei referida, toda transferência de domínio de bens a terceiros é chamada de alienação.</p> <p>(B) Qualquer cidadão poderá requerer à Administração Pública os quantitativos das obras e preços unitários de determinada obra executada.</p> <p>(C) Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.</p> <p>(D) As obras e serviços não poderão ser executados na forma de execução indireta.</p> <p>(E) A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação.</p>
<p>19. Conforme o disposto no artigo 19 e incisos, da Lei nº 8.666/1993, os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato da autoridade competente, observadas, dentre outras regras, a(s) seguinte(s):</p> <p>I. adoção do procedimento licitatório, sob a modalidade de tomada de preços ou leilão.</p> <p>II. avaliação dos bens alienáveis.</p> <p>III. comprovação da necessidade ou utilidade da alienação.</p>	<p>21. A respeito da Lei nº 9.784/1999, é(são) dever(es) do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo:</p> <p>I. não agir de modo temerário.</p> <p>II. formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.</p> <p>III. ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado.</p> <p>É correto o que está contido em</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) II, apenas.</p> <p>(C) I e III, apenas.</p> <p>(D) I e II, apenas.</p> <p>(E) II e III, apenas.</p>

22. Considerando a Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa correta.

- (A) Os atos de instrução do processo que exijam a atuação dos interessados devem realizar-se sempre do modo não oneroso para estes.
- (B) Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo poderá ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento.
- (C) O interessado, no processo administrativo, não poderá desistir parcialmente do pedido formulado ou renunciar a direitos disponíveis.
- (D) A interposição de recurso administrativo dependerá sempre de caução.
- (E) O recurso interpõe-se por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

23. Sobre a Administração Pública, conforme artigo 37 da Constituição Federal de 1988, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ( ) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
  - ( ) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
  - ( ) Os atos de improbidade administrativa importarão a cassação dos direitos políticos.
- (A) F/ F/ F
  - (B) F/ V/ F
  - (C) V/ F/ V
  - (D) V/ V/ F
  - (E) F/ V/ V

24. Com base na Lei nº 8.666/1993, assinale a alternativa que apresenta uma hipótese de inexigibilidade de licitação.

- (A) Quando houver inviabilidade de competição para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (B) Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- (C) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (D) Para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais, bem como para prestação de serviços de informática à pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico.
- (E) Para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

## AUDITOR (CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS)

25. De acordo com a Lei Federal nº 6.404/1976 (Lei das S/As), sobre a apresentação de demonstrações financeiras, assinale a alternativa correta.

- (A) As sociedades anônimas podem realizar suas demonstrações financeiras apenas com base nos princípios geralmente aceitos.
- (B) Todas as exigências legais referentes à contabilidade de demonstrações financeiras estão contidas na Lei das S/As, não havendo a necessidade de complementação legal.
- (C) As sociedades empresárias de responsabilidade limitada, indistintamente do porte, também são obrigadas a observar normas sobre demonstrações financeiras expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- (D) Às companhias de capital fechado é facultada a possibilidade de observar as normas sobre demonstrações financeiras expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- (E) As normas contábeis da CVM devem ser elaboradas somente com base no definido na contabilidade brasileira.

26. Assinale a alternativa que apresenta o princípio da contabilidade, sob a perspectiva do setor público, que dá base à integridade e à fidedignidade dos registros contábeis de atos e fatos que afetem o patrimônio de uma entidade pública.

- (A) Registro pelo Valor Original.
- (B) Oportunidade.
- (C) Competência.
- (D) Continuidade.
- (E) Entidade.

27. Sobre os critérios contábeis aplicados à contabilidade pública, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O lançamento contábil obedece ao critério de partida de registro em um sistema e contrapartida de outro como identificado na contabilidade privada.
- (B) A movimentação extraorçamentária é registrada sob o sistema financeiro.
- (C) O registro sintético de bens móveis fica sob o sistema patrimonial.
- (D) No sistema orçamentário, o sistema de partidas dobradas não é obrigatório.
- (E) Caso uma variação patrimonial não envolver movimentação, deve ser entendida como uma variação independente da execução orçamentária.

<p>28. Sobre a Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados, conforme estabelecido pela Lei nº 6.404/1976 (Lei das S/As), assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Não precisa discriminar os dividendos, dado que esses detêm contabilidade em separado.</p> <p>(B) As reversões de reservas e o lucro líquido do presente exercício somente devem ser discriminados nas demonstrações do próximo exercício.</p> <p>(C) Os ajustes de exercícios anteriores devem ser discriminados na Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados.</p> <p>(D) Ajuste de exercício anterior pode ser entendido como retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, ainda que possível a sua atribuição a fato subsequente.</p> <p>(E) Deve indicar o montante do dividendo pelo valor bruto do lucro acumulado no exercício.</p>	<p>(A) V/ F/ V/ F</p> <p>(B) F/ V/ F/ F</p> <p>(C) V/ V/ V/ F</p> <p>(D) F/ V/ F/ V</p> <p>(E) F/ V/ V/ F</p>
<p>29. Ronaldo é auditor interno de um órgão estatal. Ao analisar um grupo de contratos, deparou-se com a existência de fraude. Com base nessa informação e, de acordo com a Resolução CFC nº 781/1995, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Ronaldo deve, imediatamente, convocar a imprensa e apresentar as informações identificadas, ainda que inconclusivas, dada a gravidade das informações.</p> <p>(B) Ronaldo deve, após elaborar um relatório apontando todos os detalhes referentes à fraude encontrada, entregá-lo a uma fonte segura da imprensa, sem comunicar seu chefe imediato.</p> <p>(C) Ronaldo deve, após elaborar um relatório apontando todos os detalhes referentes à fraude encontrada, entregá-lo ao Ministério Público, ainda que sem autorização expressa do órgão em que atua.</p> <p>(D) A obrigação de Ronaldo manter sigilo sobre as suas funções termina com o fim de seu vínculo empregatício.</p> <p>(E) Ronaldo somente poderá divulgar as informações identificadas para terceiros, mediante autorização expressa do órgão em que atua.</p>	<p>31. Dos princípios básicos de um sistema de controle interno, assinale a alternativa que apresenta as atribuições dos funcionários ou setores internos de uma instituição que devem ser definidos, preferencialmente, por escrito, por meio de manuais internos.</p> <p>(A) Responsabilidade.</p> <p>(B) Amarrações do sistema.</p> <p>(C) Segregação de funções.</p> <p>(D) Formalização de rotinas internas.</p> <p>(E) Restrição de acesso aos ativos.</p>
<p>30. Sobre amostragem estatística, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.</p> <p>( ) Quando da determinação do tamanho da amostra, o auditor deve considerar o risco de amostragem, considerando apenas os erros esperados, descartando os toleráveis.</p> <p>( ) Risco de subavaliação de confiabilidade é o risco que, embora o resultado da aplicação de procedimentos de auditoria sobre a amostra não seja satisfatório, o restante da população possui menor nível de erro do que aquele detectado na amostra.</p> <p>( ) Para que a conclusão do auditor, utilizando uma amostra, seja corretamente planejada para aplicação à população, é necessário que a amostra seja representativa da população e que todos os itens da população tenham oportunidade idêntica de serem selecionados.</p> <p>( ) Risco de rejeição incorreta está relacionado a Teste de Observância.</p>	<p>32. Sobre o controle legislativo, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) O controle legislativo é sempre externo, não havendo controle interno para as casas do Poder Legislativo.</p> <p>(B) O controle externo do Congresso Nacional foi constitucionalmente repassado ao Tribunal de Contas da União (TCU).</p> <p>(C) O fato de o TCU auxiliar o Congresso Nacional no controle externo das contas públicas não implica barreira a qualquer cidadão de denunciar, diretamente ao próprio TCU, irregularidade ou ilegalidade.</p> <p>(D) O TCU, em resguardando sua independência, não necessita prestar contas de suas atividades ao Congresso Nacional.</p> <p>(E) O TCU é órgão de fiscalização e controle do Poder Executivo, enquanto que a Controladoria-Geral da União (CGU) reporta-se ao Poder Legislativo.</p> <p>33. Sobre o controle exercido pela Controladoria-Geral da União (CGU), assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) A fiscalização da CGU sobre a não aplicação de dinheiro da União se restringe à esfera federal.</p> <p>(B) O fato de a CGU fiscalizar aplicação de verbas federais em um município indica que o tipo de fiscalização que ela exerce é a externa.</p> <p>(C) Existe sobreposição das funções da CGU com aquelas exercidas pelo TCU.</p> <p>(D) A fiscalização da CGU se restringe à fiscalização de verbas federais repassadas aos Estados e Municípios.</p> <p>(E) A fiscalização da CGU pode adentrar a fiscalização do uso e da aplicação de verbas estaduais e municipais.</p>

34. Acerca do processamento e julgamento das contas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), analise as assertivas abaixo.

- I. O Relator, antes de pronunciar-se quanto ao mérito das contas, pode determinar outras diligências necessárias ao saneamento do processo via decisão preliminar.
- II. Decisão terminativa em processo de prestação de contas é aquela que tem por escopo julgar as contas regulares, regulares com ressalva, ou irregulares.
- III. Contas julgadas regulares com ressalva são aquelas que evidenciam impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte dano ao erário.
- IV. Caso sejam verificadas irregularidades nas contas, o Relator e o Tribunal só podem definir responsabilidade individual pelo ato de gestão inquinado, não se admitindo solidariedade.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

35. Sobre os princípios do Direito Previdenciário, assinale a alternativa correta.

- (A) A diferença de tratamento dado aos trabalhadores urbanos e rurais não fere o Princípio da Uniformidade, uma vez que ela existe em função da diferença existente entre as atividades exercidas.
- (B) A seletividade é um princípio voltado para o legislador e não diretamente aos beneficiários e beneficiados da proteção social.
- (C) A universalidade de cobertura está relacionada às pessoas que têm direito à proteção social.
- (D) Universalidade de atendimento está vinculada ao objeto passível de prevenção, proteção e recuperação.
- (E) Os objetivos da seguridade social não se confundem com os princípios da seguridade social.

36. Acerca dos regimes de previdência privada, assinale a alternativa correta.

- (A) O regime privado de previdência complementar é mandatório, sendo baseado em constituição de reservas que garantem o benefício contratado.
- (B) O chamado RGPS (Regime Geral de Previdência Social) pode ser dividido entre regime público e privado.
- (C) Auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda é uma das contingências geradoras de cobertura previdenciária.
- (D) A filiação ao RGPS é facultativa e complementar a algum outro regime público ou privado de previdência.
- (E) Benefício que substitui salário de contribuição não observa piso salarial, devendo ser pago de acordo com o cálculo a ser elaborado pela Administração Pública.

37. Sobre o aviso prévio, de acordo com o previsto na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), assinale a alternativa correta.

- (A) Em havendo prazo estipulado, o empregador que, sem justo motivo, quiser rescindir o contrato de mais de um ano com empregado que recebe mensalmente, tem de avisar de sua resolução com antecedência máxima de 15 dias.
- (B) Em não havendo prazo estipulado, o empregador que, sem justo motivo, quiser rescindir o contrato de mais de um ano com empregado que recebe semanalmente, tem de avisar de sua resolução com antecedência mínima de 15 dias.
- (C) O prazo de comunicação sempre coincide com o prazo de cumprimento.
- (D) O prazo de comunicação pode ser superior ao prazo de cumprimento.
- (E) O prazo de cumprimento pode ser superior ao prazo de comunicação.

38. Acerca dos aspectos jurídicos do que se considera Direito Financeiro, assinale a alternativa correta.

- (A) O regramento do Direito Financeiro trata apenas do aspecto de destinação das receitas não tributárias.
- (B) Sobre as receitas tributárias, o regramento do Direito Financeiro trata da instituição, arrecadação e destinação dos recursos.
- (C) A fiscalização e a cobrança dos tributos também estão abarcadas pelo o que se considera Direito Financeiro.
- (D) Aplicação dos recursos arrecadados na área de saúde é matéria de Direito Financeiro.
- (E) Quando se fala em Sistema Financeiro Nacional, há de se entender como sendo aquele que está relacionado, unicamente, sob responsabilidade do Banco Central.

39. Acerca do imposto, sob o entendimento de Direito Financeiro, analise as assertivas abaixo.

- I. O contribuinte não obtém vantagem direta ou contraprestação específica quando paga imposto.
- II. O fato de os serviços públicos gerais prestados à população serem de má qualidade não a exime de pagar imposto.
- III. Imposto é derivado de uma atuação estatal específica, sendo, portanto, espécie de tributo vinculado.
- IV. A inexistência da atuação do Estado não impede que o fato tributado possa ser dimensionado com base na mensuração da despesa.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

40. Sob a análise do Direito Financeiro, sobre Empréstimos Compulsórios, é correto afirmar que

- (A) a aplicação dos recursos não está necessariamente vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.
- (B) a aplicação dos recursos pode ser parcialmente desvinculada da despesa que fundamentou sua instituição.
- (C) podem ser instituídos por lei ordinária para atender casos de calamidade pública.
- (D) podem ser instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e municípios, de acordo com suas necessidades, mediante aprovação da maioria absoluta do Legislativo correlato.
- (E) a aplicação dos recursos é vinculada à despesa extraordinária que fundamentou sua instituição.

41. Acerca do preço público, assinale a alternativa correta.

- (A) Preço público, tarifa e taxa são considerados, juridicamente, sinônimos com ampla utilização.
- (B) É obrigação contratual com pagamento feito a autarquias, sociedades de economia mista ou fundações públicas.
- (C) Tem por natureza tributária o exercício do poder de polícia.
- (D) Ainda que não se configure tributo, o preço público deve ser entendido como objeto de política tributária.
- (E) É a remuneração do contribuinte por serviço essencial ao interesse público.

42. Além dos princípios orçamentários considerados fundamentais, conforme determinado no artigo 2º da Lei nº 4.320/1964, a doutrina contábil tratou de apresentar outros. Assinale a alternativa que apresenta 2 dos princípios fundamentais, tão somente.

- (A) Unidade e Especificação.
- (B) Exclusividade e Programação.
- (C) Universalidade e Anualidade.
- (D) Exclusividade e Anualidade.
- (E) Programação e Universalidade.

43. No tocante às vedações constitucionais em matéria orçamentária federal, assinale a alternativa que apresenta uma situação possível de ser realizada.

- (A) É permitida a vinculação de receita de imposto a fundo de participação de caráter municipal.
- (B) É permitida a vinculação de receita de imposto a despesa específica de saúde.
- (C) É permitido o início de projetos governamentais, ainda que não incluídos na Lei Orçamentária Anual.
- (D) É permitida a vinculação de imposto a órgão governamental em estágio crítico.
- (E) É permitida a abertura de crédito suplementar com indicação de recursos correspondentes, sem necessidade, para tanto, de autorização legislativa.

44. Acerca dos chamados créditos adicionais, analise as assertivas abaixo.

- I. Devem ser autorizados e abertos somente antes da elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).
- II. São aqueles dados como sendo créditos computados do orçamento e dados como sendo excedentes.
- III. Crédito Especial deve ser autorizado por lei e aberto por decreto do Poder Executivo.
- IV. Crédito Suplementar é crédito adicional destinado ao reforço de dotação já existente no orçamento.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

45. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), os contratos de terceirização de pessoal devem ser computados sob a seguinte rubrica:

- (A) Outras Despesas de Pessoal.
- (B) Despesas com Pessoal.
- (C) Despesa Obrigatória de Caráter Continuado.
- (D) Serviços de Terceiros.
- (E) Serviços Contratuais.

46. Sobre o sujeito passivo das obrigações tributárias, assinale a alternativa correta.

- (A) Para se conceituar sujeito passivo da obrigação principal, é necessário que se indague qual o tipo de relação que ele tem com o fato gerador.
- (B) Responsável tributário não é sujeito passivo de obrigação tributária, mas aquele indicado pelo contribuinte para assim agir.
- (C) Sujeito passivo sem se revestir da condição de contribuinte é aquele vinculado apenas à obrigação dada como acessória.
- (D) O contribuinte é sempre sujeito passivo e responsável solidário pelo pagamento de um tributo.
- (E) As convenções particulares somente podem indicar a responsabilidade pelo pagamento de tributos mediante autorização legal.

47. Sobre o instituto da anistia, de acordo com o previsto no Código Tributário Nacional (CTN), sob o capítulo que trata da exclusão do crédito tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) Anistia e remissão devem ser tratadas como sinônimas, apesar da separação indicada pelo legislador no CTN.
- (B) A anistia recai sobre tributo devido.
- (C) A anistia dispensa o cumprimento de obrigações acessórias.
- (D) A anistia não alcança ato qualificado como contravenção.
- (E) A anistia, mesmo que concedida em caráter geral, deve ser efetivada, caso a caso, por despacho da autoridade administrativa competente.

48. Assinale a alternativa que apresenta o princípio constitucional ao qual se refere o seguinte trecho do artigo 145, §1º da Constituição Federal: "sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e, nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte".

- (A) Princípio de Vedação ao Confisco.
- (B) Princípio da Personalização.
- (C) Princípio da Uniformidade.
- (D) Princípio da Isonomia.
- (E) Princípio da Capacidade Contributiva.

49. Assinale a alternativa que apresenta um imposto da União e um imposto dos Estados, respectivamente, cuja parte da arrecadação é repassada aos Municípios, de acordo com a Constituição Federal de 1988.

- (A) Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços (ICMS).
- (B) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).
- (C) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR).
- (D) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação, de Quaisquer Bens e Direitos (ITCMD).
- (E) Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

50. Acerca da fiscalização tributária, em conformidade com o disposto no Código Tributário Nacional (CTN), assinale a alternativa correta.

- (A) A obrigação de manutenção dos livros contábeis é ilimitada, até mesmo por conta do valor histórico desses documentos.
- (B) Estão sujeitos à fiscalização tributária apenas livros comerciais de sujeitos passivos que efetivamente pagam tributos.
- (C) Estão sujeitos à fiscalização tributária quaisquer livros comerciais, limitado o exame aos pontos objeto da investigação.
- (D) Os síndicos de massa falida somente estão obrigados a prestar informações à autoridade administrativa mediante autorização do Juízo Falimentar.
- (E) A obrigatoriedade de fornecer informações ao Fisco não pode ser restringida por regras de sigilo em razão de profissão.